

ATA DA 75ª REUNIÃO ORDINÁRIA

1 Ao vigésimo dia do mês de abril de 2023, às 14h30min, foi realizada a 75ª Reunião
2 Ordinária do Conselho Municipal de Política Urbana – C MPU, através do aplicativo
3 “Microsoft Teams” e transmitida ao vivo para a população em geral pelo serviço de
4 streaming (YouTube) disponibilizado no site da C MPU (Reuniões 2023), nos termos da
5 Portaria nº 17 complementada pela Portaria nº 19/2020/SMDU.G. **Pauta do dia:** 1.
6 Comunicações Gerais; 2. Formação da Comissão Eleitoral para a eleição da Sociedade
7 Civil do C MPU; 3. Processo de indicação de representantes para integrar o Conselho
8 Gestor da AIU Setor Central; 4. Informe sobre o andamento do Processo Participativo da
9 Revisão Intermediária do Plano Diretor Estratégico.

10 **01)** O Presidente Suplente, Sr. José Armênio de Brito Cruz iniciou a reunião e prosseguiu
11 com as boas-vindas da nomeação da servidora Sra. Maria Gabriela Camollez Florio,
12 nomeada pela Portaria de Designação/Substituição nº 25/2023/SMULG, que a designou
13 como responsável por exercer as atribuições da Secretaria Executiva do C MPU; em
14 relação ao primeiro item da pauta, referente a nomeação da Portaria SGM 52, de 28 de
15 março de 2023 (D.O.C. 29/03/2023), foi dada posse aos seguintes representantes:
16 Secretaria de Urbanismo e Licenciamento – SMUL, Sra. Cristiane Figueiredo Affonso
17 Marques (Suplente 1); Sra. Nem Kim Seo (Titular 2) e Sra. Beatriz Bruno Mendes
18 (Suplente 2); Secretaria Municipal de Gestão – SG, Sra. Regina Maria Silverio (Suplente);
19 Secretaria Municipal da Fazenda – SF, Sr. Ricardo Ezequiel Torres (Titular); Secretaria
20 Municipal de Direitos Humanos e Cidadania – SMDHC, Sra. Larissa Diana Michelam
21 (Titular) e Sr. Marcos Paulo Campos Ferreira da Costa (Suplente); Secretaria Municipal
22 de Mobilidade e Transportes – SMT, Sra. Ana Lúcia de Lima Fiorotti (Suplente); Secretaria
23 Municipal de Infraestrutura Urbana e Obras – SIURB, Sra. Adriana Siano Boggio Biazzi
24 (Suplente); Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Turismo –
25 SMDET, Sr. Armando de Almeida Pinto Junior (Suplente); Secretaria Municipal de
26 Inovação e Tecnologia – SMIT, Sr. Roger Willians da Fonseca (Titular); Companhia
27 Metropolitana de Habitação de São Paulo – COHAB, Sr. João Cury Neto (Titular);
28 referente a Portaria SGM 55, de 03 de abril de 2023 (D.O.C. 04/04/2023), e seu

29 apostilamento (D.O.C. 06/04/2023), foi dada posse ao representante do Segmento
30 Entidades Profissionais, do Instituto de Arquitetos do Brasil – Departamento São Paulo
31 (IABsp) ao Sr. Renato Luiz Sobral Anelli como Titular, a vista da renúncia da Sra. Simone
32 Ferreira Gatti; referente a Portaria SGM 71, de 13 de abril de 2023 (D.O.C. 14/04/2023)
33 foi dada posse aos representantes do Conselho Municipal de Habitação – CMH, Sr.
34 Aguinaldo da Silva França (Titular) e a Sra. Simone de Castro Melo (Suplente); em
35 seguida, foi dada ciência do envio da Nota Técnica formulada pela SP Parcerias, para
36 esclarecimentos acerca dos questionamentos apresentados pelo Conselheiro Antonio
37 Zagato sobre o Projeto do Parque Dom Pedro II; por fim, foi dada ciência do envio do SEI
38 nº 6068.2022/0011361-1, sobre questionamento jurídico da contabilização do prazo de
39 envio do material aos conselheiros(as), conforme o §2º do Art. 19 do Decreto nº
40 56.268/15.

41 **02)** Em relação ao segundo item da pauta, foram expostos os ritos para iniciar o Processo
42 Eleitoral dos membros da Sociedade Civil no C MPU para o biênio 2023-2025, conforme
43 determina o Decreto nº 55.750/2014, especificamente sobre a composição e suas
44 atribuições; em seguida, foi apresentada a proposta dos nomes indicados para compor a
45 parcela de membros do Poder Público e dos membros indicados pela Sociedade Civil para
46 compor sua respectiva parcela; para compor o Poder Público, foram apresentados os
47 seguintes membros: Maria Gabriela Camollez Florio (SMUL 1 - Coordenadora) e Maria
48 Fernanda Penha Machado (SMUL 1 - Coordenadora Suplente e Apoio Jurídico), Andrey
49 Vital Teodoro (SMUL 2 - Titular) e Carolina de Abreu Dias Costa (SMUL 2 - Suplente),
50 Patrícia Saran (SP-Urbanismo - Titular) e Sergio Cordeiro de Andrade (SP-Urbanismo -
51 Suplente); na sequência, uma vez que os nomes dos membros da Sociedade Civil não
52 definiram a titularidade e suplência das indicações, o Presidente Suplente conferiu a
53 palavra aos representantes para apresentarem uma proposta de definição.

54 **03)** Sobre o tema, o Conselheiro Suplente do Conselho Participativo Municipal da
55 Macrorregião Norte 2, Sr. Francisco João Moreirão de Magalhães, indagou se um
56 conselheiro eleito pelo Conselho Participativo Municipal – CPM pode ser candidato a
57 compor a Comissão Eleitoral. Em resposta, a Secretária Executiva informou que os
58 membros da Comissão Eleitoral não podem se inscrever para serem candidatos à eleição
59 do C MPU, e não há limitações à participação de membros do CPM, uma vez que são
60 processos eleitorais distintos.

61 **04)** No chat da reunião, a Conselheiro Titular do CPM da Macrorregião Centro, Sra. Stela
62 de Camargo Dalt, sugeriu que os indicados Edilson Henrique Mineiro e Wellyene Gomes
63 Bravo fossem titulares; a Conselheira Suplente do Mackenzie, Sra. Angélica Aparecida
64 Tanus Benatti Alvim, sugeriu a outra titularidade ao Sr. Og Roberto Doria.

65 **05)** Sobre a indagação apresentada pelo Conselheiro Francisco João Moreirão de
66 Magalhães, o Conselheiro Titular do CPM Macrorregião Sul 1, Sr. Durval Tabach, afirmou
67 que o CPM não se configura como eleição, mas indicação, inclusive a forma como tal
68 indicação ocorrerá está sendo discutida, podendo ser na forma de eleição, de modo que
69 não haveria impedimento para que um membro do CPM participe do Processo
70 Participativo; sobre as indicações, afirmou que em conversa com a Sra. Carolina Aurélio
71 Borges, verificou que aceitou a posição de suplente; e, uma vez que as indicações
72 seguiram uma ordem cronológica, os demais membros poderiam também ser
73 considerados suplentes, sugestão que não teve óbices do Plenário.

74 **06)** Encerrado o debate, foi consensuado que a composição da Sociedade Civil na
75 Comissão Eleitoral do Processo Eleitoral dos membros da Sociedade Civil no CMPU para
76 o biênio 2023-2025 teria a seguinte composição: Edilson Henrique Mineiro (Titular 1) e
77 Carolina Aurélio Borges (Suplente 1), Og Roberto Doria (Titular 2) e Bernadete Maria de
78 Oliveira Silva Pereira (Suplente 2), Wellyene Gomes Bravo (Titular 3) e Antonio Pedro de
79 Souza (Suplente 3). Em seguida, a Secretária Executiva informou que a primeira Reunião
80 da Comissão Eleitoral ocorreria na primeira semana de maio, sendo a data definida de
81 acordo com a conveniência dos membros, realizada através da plataforma Microsoft
82 Teams, no período da tarde; na sequência, expôs a minuta de Resolução
83 SMULATECC.CMPU/001/2023, que constitui a Comissão Eleitoral paritária, e define a
84 composição de seus membros; minuta aprovada sem óbices; com a palavra, o
85 Representante Suplente da FECOMÉRCIO/SP, Sr. Eduardo Della Manna, desejou votos
86 de boa sorte à Comissão constituída.

87 **07)** Em relação ao terceiro item de pauta, a Secretária Executiva expôs as competências
88 legais (Lei Municipal nº 17.844/2022 e Decreto nº 62.246/203) que determinam a
89 composição do Conselho Gestor da AIU Setor Central, em que é determinada a presença
90 de dois membros com seus respectivos suplentes oriundos do setor empresarial
91 vinculados ao CMPU, sendo destes, um advindo do segmento industrial e o outro
92 comercial; em seguida, apresentou quais são os representantes do setor empresarial no
93 CMPU, e a divisão por segmento, a saber, do segmento industrial, a Sra. Patricia Heredia

94 Domingues (Titular) e o Sr. Sérgio Garrido Cincurá (Suplente) e, do segmento comercial, a
95 Sra. Beatriz Messeder Sanches Jalbut (Titular) e o Sr. Eduardo Della Manna (Suplente);
96 uma vez que somente há um representante Titular e Suplente da indústria e do comércio
97 no CMPU, a Secretária Executiva indagou aos membros se era possível prosseguir com as
98 indicações para compor o Conselho Gestor da AIU Setor Central desta forma.

99 **08)** Sobre o item, o Conselheiro Suplente da FECOMÉRCIO/SP, Sr. Eduardo Della Manna,
100 informou que foram consultadas as entidades que foram eleitas pelo setor industrial e
101 comercial no CMPU, que confirmaram que seriam as representações indicadas para
102 compor o Conselho Gestor da AIU Setor Central; a confirmação da proposta também foi
103 chancelada pela Conselheira Titular da ACSP, Sra. Beatriz Messeder Sanches Jalbut;
104 encerrada as falas, a indicação do CMPU ao Conselho Gestor da AIU Setor Central
105 apresentou a seguinte configuração: Sra. Patricia Heredia Domingues (Titular) e o Sr.
106 Sérgio Garrido Cincurá (Suplente), representantes do Sindicato da Indústria da
107 Construção Civil de Grandes Estruturas no Estado de São Paulo (SINDUSCON), para a
108 vaga de representantes da indústria, e a Sra. Beatriz Messeder Sanches Jalbut (Titular),
109 representando a Associação Comercial de São Paulo (ACSP), e o Sr. Eduardo Della Manna
110 (Suplente), representando a Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do
111 Estado de São Paulo (FECOMÉRCIO/SP), para a vaga de representante do comércio, sem
112 ressalvas, a proposta foi aprovada pelo plenário.

113 **09)** O Presidente Suplente iniciou o quarto item de pauta, com a retomada dos eventos
114 referentes ao andamento do Processo Participativo da Revisão Intermediária do Plano
115 Diretor Estratégico – PDE, situando a etapa mais recente a respeito do processo de
116 discussão nas audiências realizadas pela Câmara Municipal, auxiliada tecnicamente por
117 servidores da SMUL; na sequência, a palavra foi passada à representante técnica da
118 Assessoria de Participação Social da SMUL, a Sra. Patrícia Saran, que resumiu as
119 principais atividades e dados quantitativos referentes ao processo, como a realização de
120 noventa e uma atividades participativas, o recebimento de doze mil, seiscentos e onze
121 contribuições, trezentos e vinte e nove dias de processo de Revisão do PDE, dezoito mil,
122 quinhentos e cinquenta e cinco participações; em seguida, a apresentação foi conduzida
123 pela Coordenadora de Planejamento Urbano – PLANURB, Sra. Heliana Lombardi
124 Artigiani, que expôs as etapas do processo participativo e estrutura do Projeto de Lei –
125 PL; seguido da abertura da fala para apresentação de considerações.

126 **10)** Sobre o exposto, o Conselheiro Titular do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra –
127 Leste 1 – MST LESTE 1, Sr. Edilson Henrique Mineiro, iniciou sua fala afirmando que
128 sempre teve a intenção em levar o debate até onde for possível a respeito do processo de
129 Revisão do PDE, mas buscou registrar uma situação paralela ao da Revisão do PDE,
130 referente o PL 115/23, que altera o artigo 339 do PDE, artigo responsável por definir a
131 destinação dos recursos do FUNDURB; indagou sobre a fundamentação realizar uma
132 alteração no PDE paralela à sua Revisão participativa, especialmente em um item
133 sensível do PDE, fundamental para o financiamento da política habitacional; declarou que
134 os objetos incluídos na proposta da Lei deveriam ser financiados com recursos próprios
135 da Prefeitura, mas a alteração permitirá que sejam financiados pelo FUNDURB; anunciou
136 estar em “absoluta discordância” ao encaminhamento do PL 115/23 e considerou um
137 retrocesso, que macula qualquer possibilidade de manter o diálogo da Política Urbana;
138 informou que o PL foi aprovado em primeira instância na Câmara Municipal e foram
139 marcadas Audiências Públicas de forma simultânea as realizadas pela Revisão do PDE,
140 impedindo a possibilidade de participação em ambas; considerou o PL como um péssimo
141 indicativo para a estabilidade do PDE, pois traz a possibilidade de outros artigos serem
142 alterados sem que ocorra a participação social e sem estudos que justifiquem a sua
143 alteração, o que tende a levar a judicialização da política urbana e tornar São Paulo um
144 péssimo exemplo de Política Urbana para o país.

145 **11)** Em seguida, o Conselheiro Suplente do CPM da Macrorregião Norte 2, Sr. Francisco
146 João Moreirão de Magalhães, registrou que a devolutiva da Revisão do PDE fora
147 encaminhada quinze dias antes de seu envio para a Câmara Municipal e somente
148 apresentar ao CMPU se configura em algo “imoral” e possivelmente “ilegal”; considerou
149 que o relatado anteriormente pelo Conselheiro Edilson Mineiro se configura como uma
150 revisão do PDE, pois houve uma alteração da referida Lei; sobre a participação no
151 processo de Revisão do PDE, afirmou que não houve participação social; para embasar
152 sua afirmação, relatou que nas Oficinas em que esteve presente, houveram mais
153 funcionarios públicos do que munícipes, e que o número de participantes das Audiências
154 Públicas foram “pifios” e o mesmo está sendo refletido nas Audiências Públicas realizadas
155 pela Câmara Municipal; considerou que a população não possui conhecimento sobre a
156 proposta, de modo que não pode ser considerado que houve participação social;
157 defendeu que a Câmara Municipal deveria devolver o Projeto de Lei, pois classificou o
158 processo como “ilegítimo” e que, em ambas as fases, o cidadão foi “impedido de exercer

159 seu direito inalienável de planejar a cidade”; sobre as atividades na Câmara Municipal,
160 informou que estão previstas cinquenta e três Audiências Públicas, e que a Câmara
161 Municipal está ansiosa para realizar Audiências Públicas “meramente formais” da
162 Revisão da Lei de Zoneamento; relatou que as reuniões se iniciam às oito horas da manhã,
163 quando é abordada a Revisão do PDE e, em seguida, prossegue para a pauta referente à
164 Revisão da Lei de Zoneamento, assim até os demais horários, impedindo a participação da
165 população; trouxe o exemplo da relação entre representatividade da audiência e a
166 população da região da Zona Norte, em que está prevista uma única Audiência Pública
167 para uma população de mais de dois milhões de habitantes; afirmou que, se for
168 considerado que o PL expressa o entendimento que a população possui sobre o projeto,
169 seria assumir que a população teria a mesma compreensão que o SECOVI, o que
170 compreende como inverossímil; reafirmou sua interpretação de que não houve
171 participação social durante a fase coordenada pelo Poder Executivo, situação que
172 permanece na fase das discussões no Poder Legislativo; por fim, solicitou que os técnicos
173 informem onde estão publicados os dados sobre as Habitações de Interesse Social – HIS
174 realizadas por meio do instrumento Cota de Solidariedade.

175 **12)** Na sequência, o Conselheiro Suplente da UNINOVE, Sr. Daniel Todtmann
176 Montandon, concordou com a fala do Conselheiro Edilson Mineiro a respeito da proposta
177 contida no PL 115/23, tanto quanto a forma, como em relação ao conteúdo, pois o objeto
178 do projeto não foi apresentado no âmbito da Revisão do PDE, nem foi submetido ao
179 C MPU; além disso, considerou que o PL segue contrário ao intento do PDE, este que visa
180 fortalecer os investimentos em mobilidade urbana e habitação, sendo que as alterações
181 deveriam fortalecer estes eixos; informou que tal proposta transmite a impressão de que
182 o debate participativo se configura como “figurante” em relação ao processo de
183 formulação da Política Urbana; em seguida, indagou diretamente ao Presidente Suplente
184 do C MPU se o Poder Executivo enviará um PL de Revisão da Lei de Zoneamento em 2023
185 à Câmara Municipal; lembrou que houve a suspensão judicial da proposta de Revisão
186 anterior e indagou se tal proposta será derivada da Revisão do PDE ou se será oriunda da
187 proposta realizada anteriormente, coordenada pelo então Secretário da SMUL, Sr.
188 Fernando Chucre, atual conselheiro do C MPU; por fim, convidou aos presentes a
189 participarem do evento Fórum SP 22/23, evento que visa condensar os esforços das
190 universidades (Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – FAU USP e FAU Mackenzie)
191 para constituir um debate sobre Revisão do PDE; ressaltou que o cronograma do evento

192 não foi capaz de estar inserido na etapa do processo realizado pelo Poder Executivo, mas
193 que poderia trazer um conhecimento relevante para a Câmara Municipal, e informou que
194 o evento seria composto por mesas nos três períodos do dia, contendo múltiplos temas e
195 divulgação online.

196 **13)** Em seguida, a Conselheira Titular do CPM da Macrorregião, Sra. Wellyene Gomes
197 Bravo, declarou seu apoio às falas dos Conselheiros anteriores a respeito do PL 115/23,
198 considerando-o “imoral”; afirmou que o setor empresárias atua focado, com toda a sua
199 legitimidade, em seu lucro, razão que levou a criação da Outorga Onerosa do Direito de
200 Construir como forma de arrecadar recursos para financiar moradia e mobilidade, entre
201 outras áreas; ressaltou que a tramitação do PL se configura como um movimento
202 contrário ao processo de Revisão do PDE, apesar do mesmo ter sido raso do ponto de
203 vista de sua participação social na fase realizada pelo Poder Executivo, de modo que
204 expressa um descarte as poucas considerações apresentadas pelo FUNDURB durante o
205 processo de Revisão, impedindo a potencialização da redução da dignidade humana, que
206 é a questão da habitacional na cidade de São Paulo; solicitou, se possível, a interrupção da
207 tramitação do PL 115/23; apresentou o relato de um membro do Conselho da SABESP a
208 respeito da possibilidade dos recapeamentos anunciados como financiados como
209 recursos público do município de São Paulo terem sido realizados com recursos da
210 SABESP, se configurando como “propaganda enganosa” por parte do Poder Executivo
211 municipal; por fim, relatou que sua experiência como representante da Sociedade Civil
212 lhe produziu espanto frente ao modo como se dá a relação entre o Poder Público e a
213 Sociedade Civil, em que o primeiro expõe suas propostas à revelia da Sociedade Civil,
214 como um “faz de contas”.

215 **14)** Na sequência, a Conselheira Titular do CPM da Macrorregião Centro, a Sra. Stela de
216 Camargo Dalt, afirmou estar contemplada pelas falas anteriores dos Conselheiros; a
217 respeito ao envio do PL para a Câmara Municipal da proposta de Revisão do PDE,
218 informou que fora encaminhado anteriormente ao prazo acordado, previamente à
219 Audiência Pública devolutiva, conforme constava no calendário no site da Revisão do
220 PDE; afirmou que havia solicitado receber e-mails sobre qualquer atualização a respeito
221 do processo de Revisão do PDE, uma vez que considerou prudente que nenhum
222 Conselheiro fosse capaz de ficar atualizando diariamente a página do processo de
223 Revisão do PDE para averiguar se houve alguma alteração, o que não foi atendido;
224 destacou que até o dia vinte de abril não havia nenhuma informação nova na página,

225 nenhuma atualização dos comentários apontados na minuta do PL; quando a página foi
226 atualizada com o texto integral do PL, observou que os itens que havia comentado
227 apresentava um texto mal redigido, que permitia leituras abertas, ao interesse daquele
228 que for implementar, e espera que a Câmara Municipal tenha mais cuidado e corrija a
229 proposta; informou estar frustrada e triste com a participação, que serve como um mero
230 “constar” da presença da Sociedade Civil; ressaltou que sua crítica não é dirigida aos
231 servidores envolvidos diretamente no processo, mas quis registrar sua fala, em especial, o
232 descontentamento em relação às atitudes da cúpula do Poder Executivo.

233 **15)** Em seguida, a Conselheira Suplente do Mackenzie, Sra. Angélica Aparecida Tanus
234 Benatti Alvim, iniciou sua fala concordando com as falas dos Conselheiros anteriores;
235 sobre o PL 115/23, afirmou que deveria ter sido submetido a uma discussão mais ampla,
236 especialmente no âmbito do C MPU; destacou que o FUNDURB representa uma
237 importante fonte de recurso públicos, principalmente para habitação e mobilidade ativa,
238 enquanto que o PL proposto visa favorecer o transporte individual, ao permitir a
239 destinação de recursos para transporte viário, conformando uma visão historicamente
240 preponderante na cidade de São Paulo, o que se configura como um retrocesso, uma vez
241 que, se o discurso visa reduzir as desigualdades, deveriam ser propostas políticas mais
242 inclusivas e não em detrimento dos outros; reforçou o convite realizado pelo Conselheiro
243 Daniel Montandon ao Fórum SP 22/23, evento importante que poderá gerar um material
244 para subsidiar a formulação da gestão pública.

245 **16)** Na sequência, o Conselheiro Titular da FECOMÉRCIO/SP, Sr. Eduardo Della Manna,
246 afirmou estar profundamente abalado pelo envio do PL 115/23; destacou ter defendido
247 no C MPU e em outros fóruns que o FUNDURB deveria ter uma destinação estratégica e
248 menos setorial, direcionado para projetos urbanos que integrassem planos e políticas
249 setoriais, envolvendo as diversas áreas do poder público; de seu ponto de vista, o
250 FUNDURB que deveria conduzir os projetos e subsidiar aqueles que seguissem tal
251 critério; no entanto, afirmou que a destinação tem se mostrado no caminho oposto, em
252 direção a uma “completa banalização dos recurso do FUNDURB”; lembrou que é a
253 segunda vez que está sendo proposta uma alteração sobre o mesmo artigo do PDE, o que
254 lhe preocupa muito, uma vez que tem levado a uma irremediável banalização da
255 utilização dos recursos.

256 **17)** Em seguida, o Conselheiro Titular do IABsp, Sr. Renato Luiz Sobral Anelli, destacou
257 que, ao incluir as expressões “pavimentação e recapeamento” no PL 115/23, permite que

258 a execução dos recursos do FUNDURB ocorra no “varejo”, de um recurso que, de seu
259 ponto de vista, deveria ser atendido com o orçamento “normal” da Prefeitura (Tesouro
260 Municipal), em vez do FUNDURB; concordou com a fala do Conselheiro Eduardo Della
261 Manna em relação ao ponto de vista de existir um uso estratégico dos recursos do
262 FUNDURB; como alguém dedicado a estudar os cadernos de drenagem da SIURB e as
263 intervenções da mesma natureza na cidade, considerou que não há clareza sobre como
264 ocorre a destinação dos recursos para tal finalidade na cidade, assim como não foi
265 esclarecido durante a discussão nos Grupos de Trabalho, o que tende a se agravar ainda
266 mais na cidade de São Paulo com o aumento do volume de chuvas por conta das
267 mudanças climáticas; relatou que tem sido realizado um conjunto enorme de obras
268 emergenciais de “qualidade duvidosa”, que são raramente divulgadas pela imprensa, mas,
269 quem se detém sobre o assunto, observa que a situação tem se agravado.

270 **18)** Na sequência, a Conselheira Titular da ACSP, Sra. Beatriz Messeder Sanches Jalbut,
271 iniciou sua fala relatando que acompanhou a discussão na Comissão de Política Urbana
272 na Câmara Municipal sobre o PL 115/23 e considerou que o Secretário Municipal de
273 Habitação, Sr. João Farias, não apresentou uma argumentação técnica que tenha
274 motivado a Prefeitura a realizar tal proposta, assim como a razão pela qual o Poder
275 Público não continuaria a executar tais obras exclusivamente com fonte própria (Tesouro
276 Municipal), inclusive, indagou se alguém presente poderia apresentar alguma
277 justificativa; lembrou que tal proposta foi introduzida no mesmo momento em que o
278 Processo de Revisão do PDE está ocorrendo e que contraria as discussões ocorridas
279 neste processo; notou que a redação do PL não afirma sobre a retirada de recursos
280 destinados para Habitação de Interesse Social, mas trata do uso de recursos excedentes,
281 mas ainda se posicionou contrária à tramitação.

282 **19)** Encerrada as falas, o Presidente Suplente iniciou agradecendo as colocações e
283 esclarecimento sobre o PL 115/23 sobre a interpretação de que a legislação retiraria
284 recursos destinados à política habitacional, e afirmou que as posições trazidas pelos
285 Conselheiros seria repassada ao Gabinete, para que as questões e posicionamentos
286 apresentados no âmbito do CMPU sejam consideradas, uma vez que a atual gestão é
287 democrática e está disposta a ouvir a Sociedade Civil, especialmente por reconhecer a
288 existência de uma posição definida a respeito da proposta; sobre o processo de Revisão
289 do PDE, afirmou que houve participação social no processo e que não foi “pífia”, que
290 contou com diversos fóruns em diversos formatos, variando a quantidade de presentes, e

291 foram utilizados todos os recursos possíveis para sua realização, de modo que foi
292 participativo e plural, permitindo a participação de grupos que não atuaram no momento
293 da formulação da lei de 2014 (Lei 16.050/2014), e participaram na atual fase; sobre as
294 indagações do Conselheiro Daniel Montandon, afirmou positivamente que a Câmara
295 Municipal solicitou o envio de um PL de Revisão da Lei de Zoneamento, cerca de um ou
296 dois dias atrás, e que seria enviada uma minuta com base no discutido na Revisão do PDE,
297 em que já havia sido considerada desde suas discussões realizadas em 2019, até o atual
298 contexto, mas que somente seria iniciado após o encerramento da Revisão do PDE, atual
299 foco da SMUL; sobre as considerações apresentadas pelo Conselheiro Renato Anelli
300 sobre o tema da drenagem, afirmou também que acompanha a discussão, pois considera
301 fundamental para a Cidade, especialmente por São Paulo estar localizada entre uma série
302 de rios e que sofre tanto com volume excessivo quanto com falta de água; informou que
303 tem sido discutida a realização de um Termo de Cooperação com o laboratório da
304 FAUUSP que discute águas na cidade, com o objetivo de realizar uma sobreposição no
305 tecido urbano com dados públicos e buscar uma gestão da água com inteligência
306 territorial; agradeceu o convite ao evento Fórum SP 22/23 e informou que ainda não foi
307 definido quem participaria por parte da SMUL, pois o Secretário possui viagem agendada,
308 mas que gostaria tanto de participar, como de receber os anais das discussões; por fim,
309 solicitou à Secretária Executiva que encaminhe à Secretaria do Governo Municipal o
310 posicionamento do C MPU sobre o PL 115/23.

311 **20)** Na sequência, o Conselheiro Suplente da UNINOVE, Sr. Daniel Todtmann
312 Montandon, agradeceu a resposta fornecida pelo Presidente Suplente sobre as questões
313 que havia levantado; registrou que, durante o ano de 2014, houve a Revisão do Marco
314 Regulatório da Política Urbana, evento que talvez só tenha tido precedentes no ano de
315 1972, em que ocorreu a revisão do PDE, Lei de Zoneamento, Código de Obras, elaborada
316 uma proposta de Plano de Mobilidade, Revisão dos Planos Regionais, de modo que, ao
317 final do processo, a Lei de Zoneamento deixou de ser um instrumento autônomo, para se
318 tornar cada vez mais integrado ao PDE; considerou que a minuta de PL encaminhada a
319 Câmara Municipal não possui diretrizes para que seja feita sua Revisão a partir do que já
320 foi realizado na Lei de Zoneamento de 2016; interpretou que existe uma grande
321 preocupação da Prefeitura em atender uma demanda oriunda da Câmara Municipal,
322 onde somente deve haver “demandas de varejo”, ou, no máximo, regulamentar a
323 demarcação de Zonas Eixo de Estruturação da Transformação Urbana (ZEU); indicou o

324 Poder Executivo estar sendo pautado pelo Poder Legislativo expressa um processo
325 inverso ao tramite usual, particularmente de uma Lei relevante para a cidade, e que
326 espera que o C MPU seja envolvido no processo, e que não mensure seu desempenho
327 exclusivamente do ponto de vista quantitativo, mas pelo diálogo, pelo fluxo de
328 informação, pelo debate de ideias; agradeceu a SMUL por aceitar participar do evento
329 Fórum SP 22/23, e afirmou que se o Secretário não comparecer, quem for indicado será
330 muito bem vindo ao debate.

331 **21)** Em seguida, o Conselheiro Titular do IABsp, Sr. Renato Luiz Sobral Anelli, agradeceu
332 os esclarecimentos prestados pelo Presidente Suplente sobre a importância do
333 estreitamento da relação entre a SMUL com as universidades, questão que, a seu ver,
334 poderia ser aprimorada; informou que trabalhou com o professor Alexandre Delijaicov
335 do grupo Metrópole Fluvial, mas que tal grupo possui como foco o transporte hidroviário,
336 em vez da macrodrenagem, apesar do referido professor ter um conhecimento
337 excepcional sobre os programas de macrodrenagem e drenagem urbana de São Paulo;
338 considerou a existência de outros Centros que estudam o assunto, especialmente os
339 focados na mudança de parâmetros de projeto, considerando as mudanças pluviiais, que
340 alteram cada vez mais a frequência e intensidade das chuvas, trazendo a necessidade de
341 repensar o uso dos recursos hídricos da cidade de São Paulo; encerrou afirmando que
342 existem trabalhos complementares aos elaborados pela FAUUSP e que se encontra
343 aberto ao diálogo quando houver o interesse em prosseguir com esta pauta.

344

345 **22)** Na sequência, a Conselheira Suplente do Mackenzie, Sra. Angélica Aparecida Tanus
346 Benatti Alvim, trouxe considerações complementares às do Conselheiro Renato Anelli, e
347 informou que na Universidade Mackenzie tem realizado grupos de pesquisa discutindo
348 bacias hidrográficas e questões de drenagem com enfoque nas mudanças climáticas,
349 assim como também se mostrou a disposição para auxiliar com a pauta; informou que
350 trabalha junto com o Conselheiro Renato em um grande grupo de pesquisa, que conta
351 também com representantes da UFABC, UFRN e da Alemanha, do Klimapolis; reforçou a
352 importância da realização de parcerias da Prefeitura junto às universidades, e informou
353 que uma foi realizada recentemente com a SEHAB para a realização de Planos de Bairro.

354 **23)** Em seguida, a Conselheira Titular do CPM da Macrorregião Centro, Sra. Stela de
355 Camargo Dalt, concordou com a fala do Conselheiro Daniel Montandon, e retomou os
356 eventos do processo participativo de Revisão do PDE, quando as propostas que

357 implicavam na alteração da Lei de Zoneamento não foram consideradas por PLANURB
358 com a justificativa de que tratavam de outra matéria, resultando na não incorporação; a
359 seu ver, tal cenário expressa uma incoerência com a forma da realização da participação
360 social, pois foram descartadas as contribuições trazidas no processo participativo, em
361 detrimento de uma demanda oriunda da cúpula da Câmara Municipal, expressando certa
362 submissão do Poder Executivo a uma demanda demanda do Poder Legislativo de uma
363 matéria que, de seu ponto de vista, deveria ser oriunda do Poder Executivo, o que se
364 configuraria em um problema estruturante da relação entre os poderes; por fim,
365 agradeceu ao convite para o evento Fórum SP 22/23 e informou que participará do
366 evento.

367 **24)** Na sequência, o Conselheiro Suplente do CPM da Macrorregião Norte 2, Sr.
368 Francisco João Moreirão de Magalhães, respondeu a fala do Presidente Suplente
369 reafirmando sua posição de que não houve participação social durante o processo de
370 Revisão do PDE; de seu ponto de vista, tal fato pode ser comprovado não pelos números
371 apresentados, mas pela forma como se encontra o PL que está na Câmara Municipal, em
372 que não foram incorporadas as contribuições realizadas pela Sociedade Civil, assim como,
373 diferente do que fora ouvido sobre a não incorporação de alterações de elementos
374 estruturantes da lei, uma vez que se trata somente de uma revisão intermediária, notou
375 que o PL contém alterações nos eixos estruturantes; sobre Revisão da Lei de
376 Zoneamento, relatou que o presidente da Câmara Municipal afirmou que a Lei de
377 Zoneamento é mais importante que o PDE e o processo participativo ocorrerá de forma
378 concomitante ao PL do PDE; destacou que a sensação que possui sobre o processo é que
379 tem ocorrido de tal forma para que as alterações propostas no PDE não conflitem com a
380 contida na Lei de Zoneamento; considerou que o processo participativo realizado pela
381 Câmara Municipal também é inexistente; para embasar sua afirmação, apresentou o caso
382 de uma Audiência Pública realizada pela Câmara Municipal, em que participaram quatro
383 munícipes, contando com a apresentação de quinze minutos, seguida da fala dos
384 vereadores e dos munícipes, e fora encerrada após cinquenta e sete minutos; no evento
385 realizado no CEU da Freguesia do Ó, informou que haviam cerca de setenta presentes,
386 destes, mais da metade eram assessores de vereadores e do Poder Executivo; reafirmou
387 que não houve participação social na etapa realizada pelo Poder Executivo, nem esta
388 tendo na fase do Poder Legislativo; relatou que durante uma Reunião da Comissão de
389 Política Urbana da Câmara Municipal, onde foi apresentado um ofício do vereador

390 demandando que o Prefeito enviase o PL da Lei de Zoneamento, o que mostrou
391 preocupação dos vereadores, por conta de terem organizado o cronograma de forma
392 paralela a Revisão do PDE; em seguida, solicitou que o Poder Executivo explique à
393 Câmara Municipal que o processo participativo de Revisão da Lei de Zoneamento deve
394 ocorrer posteriormente e não de forma paralela à Revisão do PDE; por fim, considerou
395 que a fala do Conselheiro Daniel Montandon, de que a Câmara Municipal apresentará
396 somente alterações pontuais à Revisão da Lei de Zoneamento, é “bastante benevolente”.

397 **25)** Em seguida, a Coordenadora de PLANURB, Sra. Heliana Lombardi, respondeu a
398 dúvida apresentada pelo Conselheiro João Moreirão sobre a localização dos dados
399 referentes a Cota de Solidariedade, apresentando que estes estão localizados no site do
400 Monitoramento do PDE (<https://monitoramentopde.gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/>),
401 na aba “Dados Abertos”, onde consta uma planilha com todos endereços dos
402 empreendimentos que aderiram ao instrumento, respectivos processo de alvará, qual
403 opção escolhida, frente à possibilidade disposta no PDE de que os empreendimentos que
404 devem cumprir com a Cota de Solidariedade, sendo apresentadas três alternativas para
405 seu atendimento: depositar o montante no FUNDURB, produzir HIS no empreendimento
406 ou em outro terreno, ou doar terreno para a Prefeitura; destacou que desde a inclusão do
407 instrumento, as propostas somente aderiram às duas primeiras alternativas.

408 **26)** Sobre as falas, o Presidente Suplente informou que há uma orientação do Secretário
409 Marcos Duque Gadelho de realizar uma aproximação com as universidades e considerou
410 positiva a colocação da conselheira Angélica Alvim e do conselheiro Renato Anelli, em
411 relação à outros Institutos e outros enfoques, demanda que o Secretário intenta em
412 retomar; agradeceu a disposição e informou que tal tema seria tratado futuramente;
413 sobre a relação entre o Poder Executivo e Legislativo, afirmou que o primeiro não se
414 mostra numa relação de submissão com o segundo e sim, que há uma atitude coerente
415 com os eventos ocorridos, pois, lembrou que em 2019 houve um processo participativo
416 de Revisão da Lei de Zoneamento, e que é prerrogativa do Poder Executivo a realização
417 de um Processo Participativo previamente a qualquer etapa, sucedido do início de uma
418 próxima; afirmou que a discussão se encontra aberta e que o PL encaminhado não se
419 encontra incoerente com o PDE, de modo que a orientação da Gestão é ter maior
420 participação democrática nos processos.

421 **27)** Em seguida, a Conselheira Titular da ACSP, Sra. Beatriz Messeder Sanches Jalbut,
422 sugeriu encaminhar à Secretaria Executiva do CMPU uma minuta contendo uma moção

423 contrária ao PL 115/23 para ser encaminhado a todos os Conselheiros para posterior
424 recolhimento da assinatura. Sobre a proposta, o Presidente Suplente sugeriu que, em vez
425 de elaborar uma moção, seja enviada a ata da presente reunião para a Secretaria
426 responsável pelo diálogo com a Câmara Municipal; destacou que, de tal modo, expõe
427 todas as falas da Sociedade Civil sobre o tema, cada um com sua justificativa. Proposta
428 acolhida pela Conselheira Beatriz Messeder.

429 **28)** Encerrada as falas, a Conselheira Titular do CPM da Macrorregião, Sra. Wellyene
430 Gomes Bravo solicitou retomar o segundo item da pauta, mas, por problemas de
431 comunicação virtual, se acordou que sua contribuição fosse encaminhada por e-mail
432 posteriormente. Nada mais havendo a ser tratado, a Secretária Executiva agradeceu os
433 votos de boas-vindas e afirmou que continuará o esforço em manter um bom
434 atendimento a todos os colegiados secretariados.

435 **29)** O Presidente Suplente agradeceu a todos, e se manteve à disposição para demais
436 questões futuras.

437 ENCERRADA 16:18

ENTIDADES AUSENTES:

REPRESENTANTES DO PODER PÚBLICO:

Secretaria da Fazenda – SF

Secretaria Municipal das Subprefeituras – SMSUB

Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana e Obras – SIURB

Secretaria Municipal de Cultura - SMC

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho – SMDET

Prefeituras Regionais Macrorregião Norte 1

Prefeituras Regionais Macrorregião Oeste

Prefeituras Regionais Macrorregião Leste 1

Prefeituras Regionais Macrorregião Sul 1

REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL:

Conselho Participativo Municipal Macrorregião Norte 1

Conselho Participativo Municipal Macrorregião Oeste

Conselho Participativo Municipal Macrorregião Leste 2

Movimento de Moradia 2

Movimento de Moradia 4
Associação de Bairro 1
Associação de Bairro 3
Setor Empresarial 1
Setor Empresarial 3
Entidades Sindicais
ONG
Movimentos Ambientalistas 1
Movimentos Ambientalistas 2
Movimentos Culturais
Entidades Religiosas
Conselho Municipal de Trânsito e Transporte - CMTT

PRESIDÊNCIA

MARIA JOSÉ GULLO
PRESIDENTE SUPLENTE

APOIO

SECRETÁRIA EXECUTIVA DO CMPU

MARIA GABRIELA CAMOLLEZ FLORIO
SECRETÁRIA EXECUTIVA

ENTIDADES PRESENTES

ORGÃOS MUNICIPAIS

SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO E LICENCIAMENTO (1)

ROSANE CRISTINA GOMES
TITULAR

MARIA FERNANDA PENHA MACHADO
SUPLENTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO E LICENCIAMENTO (2)

HELIANA LOMBARDI ARTIGIANE
TITULAR

CRISTIANE FIGUEIREDO AFFONSO MARQUES
SUPLENTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO E LICENCIAMENTO (3)

HE NEM KIM SEO
TITULAR

BEATRIZ BRUNO MENDES
SUPLENTE

SECRETARIA DO GOVERNO MUNICIPAL - SGM (1)

FERNANDO BARRANCOS CHUCRE
TITULAR

ARMANDO LUIS PALMIERI
SUPLENTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO – SG

REGINA MARIA SILVERIO
SUPLENTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE JUSTIÇA – SMJ

EUNICE APARECIDA DE JESUS PRUDENTE
TITULAR

SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA - SMDHC

MARCOS PAULO CAMPOS FERREIRA DA COSTA
SUPLENTE

SECRETARIA MUNICIPAL DA HABITAÇÃO – SEHAB

LEONARDO GAZILLO SILVA
TITULAR

SECRETARIA MUNICIPAL DE MOBILIDADE E TRANSPORTES – SMT

ANA LÚCIA DE LIMA FIOROTTI
SUPLENTE

SECRETARIA MUNICIPAL DO VERDE E DO MEIO AMBIENTE – SVMA

TAMIRES CARLA DE OLIVEIRA
SUPLENTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE INOVAÇÃO E TECNOLOGIA - SMIT

LILAINE APARECIDA BERTOLUCCI SOBRAL
SUPLENTE

SÃO PAULO URBANISMO – SP-URBANISMO

MATHEUS HECTOR GARCIA
TITULAR

COMPANHIA METROPOLITANA DE HABITAÇÃO DE SÃO PAULO - COHAB

JULLY KARYLIN DE CARVALHO SILVA
SUPLENTE

**SUBPREFEITURA
MACRORREGIÃO NORTE 2**

LUCIANA TORRALES FERREIRA
TITULAR

MACRORREGIÃO CENTRO

RODOLPHO FURLAN DOMINGUES
SUPLENTE

MACRORREGIÃO LESTE 2

LUCAS SANTOS SORRILLO
TITULAR

MACRORREGIÃO SUL 2

JOÃO PAULO LO PRETE
TITULAR

**SOCIEDADE CIVIL
CONSELHO PARTICIPATIVO MUNICIPAL**

MACRORREGIÃO NORTE 2

FRANCISCO JOÃO MOREIRÃO DE MAGALHÃES
SUPLENTE

MACRORREGIÃO SÉ

STELA DE CAMARGO DALT
TITULAR

MACRORREGIÃO LESTE 1

ELODIA FÁTIMA FILLIPNI
TITULAR

MACRORREGIÃO SUL 1

DURVAL TABACH
TITULAR

MACRORREGIÃO SUL 2

WELLYENE GOMES BRAVO
TITULAR

MOVIMENTO DE MORADIA 1

EDILSON HENRIQUE MINEIRO
TITULAR

MOVIMENTO DE MORADIA 3

JULIETA APARECIDA TOLENTINO DE ABRAÃO (ASSOC. TRAB. SEM TETO
NOROESTE)
TITULAR

ASSOCIAÇÃO DE BAIRRO 2

JULIANA MILANESI MENNA BARRETO PREVEDEL (SAPP)
SUPLENTE

ASSOCIAÇÃO DE BAIRRO 4

MARIA LAURA FOGAÇA ZEI (ASSAMPALBA)
SUPLENTE

SETOR EMPRESARIAL 2

SÉRGIO GARRIDO CINCURÁ
SUPLENTE

SETOR EMPRESARIAL 4

BEATRIZ MESSEDER SANCHES JALBUT (ACSP)
TITULAR

EDUARDO DELLA MANNA (FECOMÉRCIO/SP)
SUPLENTE

**ENTIDADES PROFISSIONAIS LIGADAS À ÁREA DE
PLANEJAMENTO URBANO-AMBIENTAL - IAB**

RENATO LUIZ SOBRAL ANELLI (IAB SP)
TITULAR

**ENTIDADES ACADÊMICAS E DE PESQUISA LIGADAS À ÁREA DE PLANEJAMENTO
URBANO-AMBIENTAL FAU MACKENZIE**

ANGÉLICA APARECIDA TANUS BENATTI ALVIM (MACK)
SUPLENTE

**ENTIDADES ACADÊMICAS E DE PESQUISA LIGADAS À ÁREA DE PLANEJAMENTO
URBANO-AMBIENTAL UNINOVE**

DANIEL TODTMANN MONTANDON (UNINOVE)

SUPLENTE

MOVIMENTOS DE MOBILIDADE URBANA

JOSÉ ANTÔNIO CHINELATO ZAGATO (CICLOCIDADE)

TITULAR

JULIANA TRENTO (CICLOCIDADE)

SUPLENTE

**CONSELHO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL – CADES**

OSWALDO FERNANDES DA SILVA

TITULAR

CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO – CMH

AGUINALDO DA SILVA FRANÇA

TITULAR

SIMONE DE CASTRO MELO

SUPLENTE